

**MOVIMENTOS
SOCIAIS
SAÚDE
E A QUESTÃO DA
VERBA PÚBLICA**

VICTOR VINCENT VALLA

Victor Vincent Valla representa um tipo de cientista que mais e mais está emergindo na dinâmica social brasileira: o que associa o saber acadêmico com o saber popular, o compromisso teórico com a mudança da sociedade com as lutas populares. No presente trabalho aborda um tema fundamental: como fazer com que a verba pública seja devolvida ao público, constituído pelas grandes maiorias, já que essas maiorias pagaram os impostos que compõem precisamente a verba pública? Valla mostra convincentemente a contradição de nosso Estado capitalista que privatiza a verba pública aplicada na criação da infra-estrutura de empresas privadas nacionais ou transnacionais. Esse desvio do público para o privado constitui uma das razões do empobrecimento de nosso povo, principalmente, dos problemas de saúde que padece por falta de esgoto, de água, de moradia e de condições higiênicas de transporte e de trabalho.

Valla mostra bem como deve ser conduzida a luta pela cidadania em condições de um capitalismo dependente e de marginalização da população. Não se trata da mesma luta pela cidadania como se realiza no primeiro mundo; lá o Estado garante os serviços fundamentais; a luta consiste em consolidar a vida já garantida. No terceiro mundo, como é o nosso caso, se trata de cobrar do Estado um direito do cidadão a ter os serviços básicos, já que lhe são negados sistematicamente. Não basta apenas fazer valer um direito, mas também de concretizá-lo nas formas que o povo decidir e nas prioridades definidas pelas organizações populares. Por fim cabe ao povo ainda fiscalizar e assim assegurar que ele é o sujeito de sua história e que a ação está em suas mãos. O Autor aplica estas propostas à luta pela saúde com grande senso de realismo, mostrando com exemplos sua viabilidade concreta.

A reflexão de Valla representa uma valiosa contribuição, cristalina e convincente na argumentação, para todos os que nas bases da sociedade lutam pelos direitos humanos a partir e na perspectiva das maiorias que são oprimidas.

Frei Leonardo Boff

Membro efetivo do
Centro de Defesa dos
Direitos Humanos.

1. INTRODUÇÃO

Este texto reflete o esforço de sistematizar por escrito um conjunto de idéias que vêm sendo discutidas sobre a verba pública, os movimentos sociais, saúde e Cidadania. O convite feito pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis foi um incentivo à esta sistematização, pois a discussão que segue representa o pensar também de outros. Assim, no fim do texto há uma bibliografia onde se procura dar crédito àqueles que também vêm contribuindo para este debate. É claro que esse debate já existe no Brasil de uma forma bastante sofisticada; o que pretendemos aqui é colocar a discussão de uma forma mais acessível àqueles que desenvolvem atividades educacionais com as classes populares no Brasil.

2. QUE É A VERBA "PÚBLICA"?

A verba pública é nada mais do que o conjunto de impostos coletados pelos governos (federais, estaduais e municipais). Essa coleta é feita a partir dos impostos de renda das pessoas e sobre os produtos consumidos pela população. Praticamente tudo o que se compra no Brasil tem um imposto a pagar, embora esta parte do preço não apareça na etiqueta quando se compra o produto, seja ele roupa, cigarros, bebidas ou qualquer outra mercadoria.

A impressão que se tem é que o Brasil é um país pobre e infelizmente não vai ser possível ter melhores condições de vida por muitos anos. O Brasil porém, não é um país pobre. É muito rico. E não é rico só em minerais, rios e florestas. Tem grandes indústrias, muitas terras para plantar, e há muito dinheiro circulando no país.

O problema é que nosso país ganha o campeonato da concentração de rendas nas mãos de poucos, muito poucos. Basta dizer que 10% de brasileiros ficam com mais da metade de toda a riqueza produzida aqui. Se traduzirmos isso em números, verificamos que 70 milhões de brasileiros detêm 15,47% da renda e apenas 135.000 ficam com 16,35% da renda (Dados do Relatório do Banco Mundial, 1981).

O que se sabe é que o volume de impostos coletados pelos governos é muito grande e a discussão que se desenvolve é sobre porque todo esse dinheiro nas mãos dos governos não volta para a população brasileira na forma de serviços básicos fartos e eficientes. Cabe portanto perguntar: por que os governos não gastam melhor a verba pública com o "público"? Por que os governos têm tanto dinheiro nas suas mãos e não se reverte em mais água encanada nas casas da população, mais esgotos, melhor transporte público, mais escolas, mais centros de saúde, mais hospitais?

3. UM POUCO DE HISTÓRIA PARA SITUAR A DISCUSSÃO

É muito comum dizer no Brasil que a população trabalhadora sempre esteve por baixo, sempre foi muito pobre e que não adianta se esforçar, pois o "Brasil nunca vai mudar". Tal afirmação é errada. Muito embora as mudanças não sejam

tão rápidas como muitos gostariam que fossem, a relação da população trabalhadora com os grupos dominantes vem se modificando. Pelo menos desde mais ou menos 1930 os grupos dominantes, representados pelos governos federais, estaduais e municipais, são obrigados a dar sua atenção aos interesses da população trabalhadora, principalmente àquela que vive e trabalha na cidade. Isto não quer dizer que os grupos dominantes começassem a gostar dos trabalhadores, mas foi porque tantos trabalhadores vieram para as cidades, onde muitos aprenderam a ler e votar. Assim, os governos foram obrigados a reconhecer a presença da massa trabalhadora nas cidades. De certa forma, a presença cada vez maior dessa população já servia como um recado e uma pressão contra os governantes.

Alguns autores chamam esse fato o "emergir das classes populares" e apontam para o fato de que da década de 1930 até hoje, nenhum governo toma decisão sem de uma forma ou de outra levar em conta pelo menos alguns dos interesses dos trabalhadores. Mesmo com todas as falsas promessas de servir aos trabalhadores, o próprio fato de prometer muito e entregar pouco acaba sendo uma forma da população trabalhadora fazer com que os governantes anunciem o que devem estar fazendo. Ou seja, quando um governo diz que nenhuma criança vai ficar sem escola, pode ser que não cumpra sua promessa, mas acaba admitindo que é da sua responsabilidade e que a população deve encarar a educação como um direito.

O que freqüentemente os governos têm feito é alegar que não conseguem oferecer à população tudo que tem direito porque não dispõem de dinheiro suficiente. Na realidade, essa aparente contradição revela que toda a população terá acesso à saúde, educação, transporte adequado, água, luz, esgotos quando for modificada a relação dos governantes com essa população, quando a verba pública for gasta de outra maneira.

De qualquer forma, a população trabalhadora ou o que alguns chamam as "classes populares" já são por muito tempo o eixo de atenção de toda a sociedade brasileira. Quem quer governar o Brasil procura o apoio das classes populares.

4. MUITO "DINHEIRO" PARA OS GOVERNOS, POUCA "VERBA" PARA AS CLASSES POPULARES

Fala-se que a verba pública é "pública" porque está nas mãos de um órgão público (o governo) e porque deveria ser usada para o bem do "público", isto é, a grande maioria da população.

Nos países capitalistas como o Brasil, entende-se que a verba pública deve estar voltada ao bem do público, e é por essa razão que se espera que os governos apliquem esta verba em serviços como água, esgotos, luz, transporte de massa, educação, saúde, creches, etc. Os governos devem assumir esses serviços porque dão pouco lucro e não haveria outra maneira de consegui-los. Dentro do sistema capitalista, entende-se então que os capitalistas investiriam em áreas que dão mais lucro, como as indústrias.

Mas a história brasileira não foi e nem é como a história dos Estados Unidos ou dos países europeus. Quem acabou montando uma grande parte do primeiro parque industrial no Brasil foi o próprio governo brasileiro. Assim, ou porque os

capitalistas não tinham confiança no processo de industrialização no Brasil, ou porque achavam mais "lucrativo" eleger governos que investissem a verba pública nas indústrias, uma parte substancial da primeira iniciativa de montar um parque industrial no Brasil foi feito com a verba pública. É o que alguns chamam de *industrialização pela base pobre*, ou seja, foi com o dinheiro da própria população trabalhadora brasileira que foi iniciado o parque industrial no Brasil. É um dado interessante, pois entra em contraste com a experiência de outros países capitalistas onde os próprios capitalistas fizeram grandes investimentos nos parques industriais desses países. Remete para uma questão interessante, que embora não trate da parte central desse texto, se refere à questão da verba pública. Quando os setores organizados da população trabalhadora — CUT, CGT, FAMERJ, por exemplo — reivindicam mais participação nas decisões sobre a direção do país, não é uma visão romântica, mas uma reivindicação de direito, de quem já pagou e não recebeu.

4.1 CONSUMO COLETIVO X INFRAESTRUTURA INDUSTRIAL

A importância da discussão acima está no fato de que o governo brasileiro sistematicamente vem assumindo o papel que caberia à iniciativa privada desempenhar dentro do sistema capitalista. Chamamos atenção para o fato de que a verba pública utilizada para fins industriais ser a mesma verba que deveria fornecer os serviços básicos para a população.

Quando falamos dos serviços básicos necessários para a população, referimos ao que se chama *consumo coletivo*, isto é, o consumo que a população em geral e, em particular a população trabalhadora, precisa fazer para renovar suas forças de um dia para outro. Para reproduzir a sua força de trabalho, a população precisa dos serviços de água, luz, esgotos, transportes públicos, hospitais, centros de saúde, creches, escolas, etc. Esses serviços são da direta responsabilidade dos governos e é a população que, com seus impostos, paga os recursos para manter esses serviços.

O processo de industrialização requer também pesados investimentos, que como foi dito acima, são freqüentemente feitos com o dinheiro que o governo coleta para atender ao consumo coletivo. Assim como há uma infraestrutura que a população necessita para se refazer de um dia para o outro, há também uma infraestrutura necessária para as indústrias poderem funcionar. Essa chama-se de *infraestrutura industrial*.

Quando falamos de infraestrutura industrial não estamos fazendo apenas referência aos investimentos que o próprio governo faz na construção de indústrias, mas principalmente da infraestrutura necessária para as indústrias funcionarem. Para o funcionamento de uma indústria não basta o prédio. É necessário também o abastecimento de água, eletricidade, freqüentemente abrir estradas, construir viadutos e pontes. E todos esses serviços são também da responsabilidade dos governos, e obviamente envolvem muito dinheiro.

Aqui está justamente um dos grandes problemas da verba pública. Os governos ao gastar esta verba, favorecem mais o consumo coletivo ou a infraestrutura industrial? Sabemos que todos os investimentos públicos para o consumo coletivo

são necessários. Questiona-se, entretanto, é a necessidade e o montante de recursos destinados a infraestrutura industrial. Esse não é um problema de hoje. Historicamente, os governos brasileiros tendem, gastar a verba pública mais com a infraestrutura industrial do que com o consumo coletivo, pois os interesses dominantes no Brasil fazem fortes pressões sobre os governos para gastar a verba pública dessa forma.

Seguem-se alguns exemplos que ilustram melhor essa questão. Houve gastos muito grandes com a construção das usinas nucleares em Angra dos Reis. Apesar de muitos protestos de técnicos, pesquisadores e professores que entendem do assunto, o governo federal da época da ditadura militar gastou bilhões de cruzados na construção de uma usina que hoje está cheia de ferrugem e é vista por muitos como perigosa para a saúde coletiva. Tanto dinheiro público foi gasto, aliás, que o governo de então tinha que tomar empréstimo dos bancos estrangeiros, mas sem perguntar para a população se queria, mais tarde, pagar essa "dívida externa" com o dinheiro dos impostos. Mas o problema não pára aí. Não é só a questão da construção da usina. Tiveram que construir novas estradas, pontes e gastar grandes somas do dinheiro público para fornecer luz, água e esgotos para a usina poder funcionar.

Houve o mesmo tipo de gastos, por exemplo, para a instalação da fábrica de automóveis FIAT perto de Belo Horizonte e para a construção da estrada Transamazônica. Todo esse dinheiro gasto sem uma consulta popular desviou as verbas públicas que poderiam ser empregadas em serviços de saúde e para outras necessidades sociais. De uma forma ou outra, é a população trabalhadora que "paga o pato", pois na ausência de serviços básicos como os de saúde, as classes média e rica podem "pagar" por sua saúde — Golden Cross, Amil, etc. — embora também tenham o direito aos serviços gratuitos.

Embora a tendência dos governos brasileiros fosse sempre a relegar os gastos com o consumo coletivo a um segundo plano, essa tendência agravou-se muito a partir do regime militar de 1964. De certa forma, a ditadura militar oficializou a *privatização da verba pública*. Foi durante esses anos que a repressão dos governos impediu que a população organizada protestasse contra a abertura da rodovia Transamazônica, a construção das usinas nucleares e a entrada de muitas indústrias multinacionais que só vieram buscar mão-de-obra e matéria prima barata e infraestrutura industrial gratuita. Foram durante esses anos que os governos tomaram muitos empréstimos sem a autorização do congresso, resultando hoje na questão da dívida externa. Pois hoje a dívida externa é paga também com os impostos que devem financiar o consumo coletivo.

4.2. REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO A BAIXO CUSTO

Na realidade o que está em discussão é como fazer com que os governos socializem a verba pública em vez de privatizá-la. Até agora foi demonstrado que na medida em que os governos não investem no consumo coletivo, há prejuízos para a população trabalhadora. O que demos a entender é que sem os investimentos de consumo coletivo não haveria os serviços necessários para a reprodução da

força de trabalho. Há, no entanto, mais a dizer sobre isso. Na medida em que esses serviços não existem, os trabalhadores são obrigados a achar alternativas com seus próprios custos. É o que muitos chamam a "reprodução da força de trabalho a baixo custo". Isso quer dizer que os gastos que os governos deveriam fazer, através da verba pública, são absorvidas pelos trabalhadores e feitos com seus mínguidos salários, ou seja, frequentemente eles mesmos acabem "criando os serviços": auto-construção, morar em favela, puxar luz da rua, medicina popular, etc.

Tomando exemplos da habitação e do transporte público, vê-se que a população trabalhadora, na sua tentativa de sobreviver com um ou dois salários-mínimos, tentam escapar do aluguel, construindo a sua casa própria num lote longe do centro da cidade. Se, de um lado, os gastos com o aluguel podem terminar, de outro lado, os trabalhadores são obrigados a gastar mais com a passagem de ônibus ou trem para o trabalho. E tem mais, enquanto a casa está sendo construída (e é geralmente o pai quem constrói sua própria casa nos fins de semana), a família é obrigada a suportar sacrifícios muito grandes. A construção já por si traz muitos problemas, pois além de eventualmente gastar com a compra do terreno, gasta-se muito com o material de construção, que acaba tirando parte do salário utilizado para a comida da família. Além disso, o pai da família e construtor da casa, que já tem pouco tempo para descansar durante a semana, é obrigado a usar seu tempo livre para trabalhar mais ainda. Assim, aumentando o trabalho além de 48 horas por semana, diminuindo os gastos com a alimentação e tendo pouco tempo para "descansar a cabeça", os trabalhadores e suas famílias começam a ter problemas com a saúde. Todo esse caminho de trabalhar muito e dormir pouco, comer mal e sem tempo de descanso provocam um desgaste muito grande para o corpo do trabalhador, o que alguns chamam a *dilapidação da força de trabalho*.

Mesmo depois da construção da casa própria, os problemas continuam, pois justamente porque o lote é longe do centro, é muito comum que não haja serviços de água, luz, o ônibus passe longe e é mais caro porque a viagem é longa, não haja esgotamento sanitário, nem posto de saúde ou hospital.

5. CIDADANIA DO 1º MUNDO X CIDADANIA DO 3º MUNDO: ABUNDÂNCIA X ESCASSEZ

Outro ponto dessa discussão trata do próprio "porque" da população trabalhadora vir mais e mais para a cidade, e dessa forma tendo de arcar com as condições de vida e de trabalho que descrevemos acima.

É importante salientar que por muitos anos, pelo menos por mais de um século, existe o problema do desemprego e subemprego no Brasil. Essa situação vem se agravando na medida em que o êxodo rural do campo para a cidade é incentivado pelas políticas do governo federal de plantação de café, cana de açúcar e soja e de cada vez mais criar gado em terrenos que dariam para produtos de subsistência (feijão, arroz, milho, batata, etc.).

Os trabalhadores de campo, sem poder sobreviver nessas condições, migram para as cidades. Enquanto não houver uma reforma agrária de verdade, a popu-

lação no campo continuará vindo para as cidades, onde não há empregos para todos nem para aquela que já estava morando na cidade.

Com a massiva implantação de indústrias multinacionais (ver acima a discussão da infraestrutura industrial) emprega-se o uso de máquinas muito sofisticadas, que custam caro e ocupam pouca mão-de-obra. A utilização destas máquinas que vêm dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão tem o nome de *tecnologia poupadora de mão-de-obra* e faz com que as indústrias não consigam oferecer um número de empregos suficientemente grande para acompanhar o crescimento da população.

Um bom exemplo deste tipo de problema — o da tecnologia poupadora de mão-de-obra, ou o das indústrias multinacionais que acabam produzindo substitutos para produtos já existentes no Brasil — é o do cimento de amianto. Do cimento de amianto é feito material de construção leve, barato e durável, dessa forma sendo um produto muito procurado pela população trabalhadora para as suas auto-construções. As companhias multinacionais mais conhecidas que produzem esse material no Brasil são Eternit e Brasilit. Durante a década de 1960/70, foi descoberto nos Estados Unidos que o cimento de amianto causa câncer, principalmente nos trabalhadores que o produzem, mas também em usuários. A presença da ditadura militar impediu que essa descoberta fosse divulgada no Brasil e, além dos muitos danos à população trabalhadora, também a produção desse material no Brasil resultou no fechamento de centenas de olarias, desempregando dessa forma milhares de trabalhadores. De certa forma o governo brasileiro subsidiou a produção de cimento de amianto e não a produção de telhas de barro, tijolos e azulejos.

Como resultado dessa política há o que se chama *a urbanização das cidades pelo crescimento das periferias*. A população trabalhadora, não achando emprego na cidade quando chega do campo, ou até o próprio morador, perdendo seu atual emprego (quando termina a construção de um metrô, por exemplo) ou não aguentando o custo de vida, encaminha-se para as periferias das grandes cidades, onde os serviços do consumo coletivo ainda são muito precários, verificando-se então o início do processo da dilapidação da força de trabalho de muitos desses trabalhadores e das suas famílias.

Parece importante nesse ponto chamar atenção para o fato de que o empobrecimento dos trabalhadores implica no aumento da riqueza dos grupos dominantes, sejam eles empresários, sejam moradores dos bairros luxuosos das grandes cidades. Muitas vezes são as mesmas pessoas. Quando se fala que o empobrecimento de trabalhadores implica no aumento de riqueza dos dominantes, referimo-nos ao fato de que muitos desempregados ou sub-empregados fazem com que os salários dos empregados sejam rebaixados, com o empresário sempre falando que para quem "não gosta" há muitos querendo se empregar. Dessa forma, os industriais podem aumentar os seus lucros às custas do sofrimento dos trabalhadores. Com muito desemprego e sub-emprego, a população tem menos condições de se organizar para pressionar os governos a investirem mais nos serviços básicos, deixando assim mais verba pública para melhorar mais ainda os bairros dos ricos, obrigando

dessa forma os trabalhadores a construir suas próprias casas, medicar-se nas farmácias e andar como sardinhas enlatadas nos ônibus e trens.

Como então lidar com todos esses problemas? Como fazer com que a verba pública seja devolvida à população trabalhadora de acordo com sua contribuição?

Na realidade, quando se tenta responder essas questões, isto é, da relação de uma população com a verba pública, está se falando de *cidadania*. Mas a discussão da cidadania no Brasil é um problema porque a idéia que tem sido divulgada é a de uma cidadania do 1º mundo, dos Estados Unidos, da Europa Ocidental. Todos nós ouvimos falar desses países onde todo mundo tem água encanada em casa e esgotos, pode-se beber água da bica da pia, e carros dão passagem ao pedestre quando ele travessa uma rua. Este tipo de cidadania, aliás altamente desejável para qualquer população, já existe nesses países, e lá não há necessidade de se reivindicar água ou esgotos. Os cidadãos desses países "vigiam" os governos para garantir que esses serviços continuem existindo. É uma cidadania de abundância, de vigilância.

No Brasil, porém, uma grande parte da população não pode vigiar o governo porque não há o que vigiar: se um bairro não tem água, esgotos, ruas asfaltadas, postos de saúde, essa população vai vigiar o quê? A população desse bairro, como as de muitos bairros, terá de pressionar as autoridades para realizar obras com o dinheiro dos impostos.

É importante chamar atenção para o fato de que as reivindicações da população são reivindicações de direito, ou seja, as autoridades já têm o dinheiro dos impostos da população, mas não realizam os serviços exigidos e acabam gastando os impostos em outros projetos, como foi visto anteriormente. Na realidade, o que a população reivindica quando exige os serviços básicos é apenas sua sobrevivência, pois, não havendo esses serviços, muitas pessoas correm o risco de morrer.

Então, essa é uma *cidadania de sobrevivência*, uma *cidadania de escassez*, que pode ser assim colocada: ou o governo respeita os direitos da população e devolve seu dinheiro na forma de serviços, ou grandes parcelas da população continuarão a ter problemas muito sérios de saúde.

8. TOMAR A AÇÃO EM NOSSAS MÃOS

Nesse ponto do texto, pode-se perguntar: se a saúde é em grande parte um problema de serviços como água, saneamento, transporte, e se esses serviços estão em falta para uma grande parcela da população, o que se pode fazer? Se o governo tem a responsabilidade porque concentra nas suas mãos o dinheiro público, o que se pode fazer para garantir que nossos impostos sejam gastos de acordo com as nossas necessidades?

Muitos diriam que isso é uma questão de política e não de saúde. Diriam que a política é uma questão dos partidos políticos. É um raciocínio que é correto somente em parte, pois o Brasil é um país onde por muitos anos praticamente não existiam os partidos políticos.

Desde 1964 quase todos os partidos foram proibidos — apenas ARENA e o MDB podiam existir legalmente. Durante os anos da ditadura foi muito difícil para os parlamentares de oposição dizerem alguma coisa sobre os problemas de saúde da população. Foi nessa época que surgiram outras formas de organização popular — associações de moradores, clubes de mães, grupos de mulheres, de desempregados, FAMERJ, FAFERJ — que não dependiam da ação de deputados e vereadores. A população trabalhadora sentiu que se não fizesse algo suas famílias iriam sofrer as conseqüências de não ter os serviços básicos. E aí começaram as manifestações em frente das empresas públicas de água, de luz, de habitação, pressionando as autoridades para gastar a maior parte do dinheiro público com ela e menos com os moradores mais ricos.

Hoje em dia, além dessas formas de se organizar e reivindicar, os partidos políticos começam a incluir essas questões em seus programas. De qualquer forma, todos esses movimentos que continuam até hoje são uma prova de que a população decidiu “tomar a ação nas suas próprias mãos”. Tanta pressão foi desenvolvida por esses grupos que os candidatos aos cargos de governadores, deputados e vereadores em 1982 começaram a colocar timidamente nas suas plataformas promessas sobre água, luz, transporte, educação e saúde; em 1985, este tipo de promessa aumentou nas eleições para os prefeitos; e em 1986, a maioria dos candidatos aos cargos de governador e deputado, qualquer que fosse o partido, falava dos serviços básicos como direito que a população devia ter satisfeito e não como dívida de um “pai bondoso”. Isso quer dizer que as condições de vida e de trabalho da população começaram a ficar tão precárias e a população começou a reclamar tanto que os candidatos perceberam a importância da questão da saúde.

Assim, estamos falando de saúde de uma outra maneira: que a saúde só pode existir para a maioria da população quando ela tiver emprego, um salário digno para sustentar suas famílias, uma casa confortável, água, luz, saneamento básico e um transporte público rápido e eficiente; que só o atendimento médico e remédios não bastam para se manter a saúde; que não adianta aprender algumas regras na escola sobre higiene e alimentação, se não houver condições em casa para segui-las; que de pouco adianta ensinar às mães grávidas a evitar a mortalidade infantil se não houver água em suas casas.

Essa é a nova maneira de entender o que é saúde. E a educação que a população necessita para ter saúde é tudo o que ela precisa aprender para pressionar as autoridades a cumprirem suas obrigações.

Quando falamos neste tipo de educação queremos dizer que há muito a aprender. Assim se um grupo de trabalhadores reivindica um serviço, por exemplo, um posto de saúde no seu bairro, há várias maneiras de reivindicar esse posto:

- a) a simples reivindicação do posto através de um ofício;
- b) se o ofício não resulta numa resposta favorável, então os moradores podem ir em grupo à Secretaria de Saúde para pressionar as autoridades de Saúde;
- c) se a reivindicação for aceita, os moradores podem ainda:
 - esperar até o posto ser construído;
 - acompanhar a obra, fiscalizando a sua construção;

— planejar a obra, juntamente com a Secretaria de Saúde, para garantir um posto de acordo com os interesses dos moradores, e depois fiscalizar sua construção.

Ou seja, frequentemente não é suficiente reivindicar um serviço de saúde, a exemplo da construção de um posto, a instalação de água ou esgotos, pois as autoridades podem concordar em fazer a obra, mas depois dizer que houve pouco dinheiro e a obra acaba saindo mal feita.

E essa é uma das principais questões de saúde. A população, nas suas organizações, não pode ficar satisfeita em reivindicar. Tem que propor e fiscalizar. E isso exige organização e informações. A escola pode ajudar, mas há muita coisa a aprender e que a escola não pode ensinar. Por exemplo, voltando à questão do posto de saúde: como vai ser? que equipamentos vai ter? As autoridades, ao não querer gastar muito dinheiro, podem apenas entregar o posto e nada mais. Mas se a população sabe que muitas crianças do bairro têm asma e bronquite, vai também exigir o equipamento adequado para aliviar a respiração das crianças, e assim por diante.

Cabe, no entanto, observar que os movimentos sociais não tem, normalmente, atuado de modo unificado diante do Estado. Aliás a política do Estado orienta-se no sentido de dividir e enfraquecer os movimentos organizadores da população. Consegue isso através da "fragmentação das demandas", ou seja, atende a algumas reivindicações desta ou daquela associação de moradores, mas não de outras, criando assim uma espécie de competição pelas verbas públicas. Na maioria das vezes, o atendimento é intermediado por políticos ligados ao partido que está no governo.

Ao responder desta forma particular às reivindicações das classes trabalhadoras, o Estado procura também limitar os gastos públicos com os serviços sociais básicos. Reflete-se aí, portanto, seu interesse em manter recursos para a acumulação de capital.

6. CONCLUSÃO

Felizmente o que nós discutimos nesse texto não é uma proposta, uma sugestão. Embora ainda em escala pequena, há milhares de grupos de brasileiros se reunindo, se organizando e reivindicando os seus direitos de saúde, sua cidadania. As formas de luta dos moradores são as mais variadas, mas os objetivos são sempre os mesmos: arrancar das autoridades os direitos que a lei brasileira já garantia antes de começarem as lutas. Embora a população sempre estivesse preocupada com suas condições de vida e de trabalho, a gravidade dessas condições no Brasil hoje vêm fazendo com que a maioria das lutas populares ocorra nos últimos 10 anos.

Algumas das lutas são pequenas e juntam poucos moradores para resolver problemas específicos, como, por exemplo, o bairro em Belém por onde passava uma das vias principais da cidade. Os moradores, cansados de engolir poeira e ter sua

visibilidade prejudicada pelos caminhões que passavam diariamente, tomaram a ação em suas mãos quando uma menina foi atropelada e morta no fim de uma tarde. Com latões de óleo e barricadas de madeira impediram a passagem do trânsito (24 horas por dia) até a prefeitura prometer asfaltar a rua.

Outras lutas são maiores, como a da população de Nova Iguaçu, que fechou a Via Dutra por algumas horas para chamar atenção do governo do Rio de Janeiro sobre as péssimas condições de saúde na sua cidade. A mesma organização que coordenou essa luta, a FAMERJ (Federação de Moradores do Estado do Rio de Janeiro), também coordena até hoje a luta de milhares de fluminenses e cariocas para adquirir sua casa própria com prestações de acordo com os seus ganhos salariais.

Na cidade de São Paulo, uma luta de mais de dez anos continua até hoje nas periferias em torno da reivindicação de água e esgoto. Sai o governo conservador, entra governo liberal, e a população continua buscando a satisfação dos seus direitos, pressionando as autoridades de tal forma que cada ano aumenta o número de bairros periféricos que possuem água de esgoto.

Na mesma cidade algumas Associações de Pais e Mestres vêm iniciando lutas que reivindicam material escolar gratuito nas escolas públicas. No entender dos pais, material escolar não é apenas lápis e caderno, mas também tesoura, cola, cartolina, pincel atômico, etc. O lema da reivindicação é que lugar para guardar material escolar é na escola.

Os Encontros Populares de Saúde se tornam cada dia mais freqüentes. Em 1980, o Encontro Popular pela Saúde da FAMERJ e do Centro de Defesa da Qualidade de Vida reuniu mais de 50 associações de moradores para discutir a saúde como direito de todos. Essa prática continua até hoje em algumas regiões da cidade do Rio de Janeiro, em particular na Zona Norte (Penha, Ramos, Ilha do Governador), onde assembleias freqüentes de técnicos de saúde e moradores já discutem as questões por mais de cinco anos.

No Município de Cachoeiras de Macacu, a 90 quilômetros do Rio de Janeiro, já se realizaram vários encontros populares de saúde, reunindo às vezes mais de 10.000 pessoas. Esses encontros fazem parte de um programa popular de saúde em Papucaia, onde as comunidades se organizam em conselhos de saúde e indicam seus agentes, que recebem treinamentos e são contratados pela Prefeitura. Os postos de saúde todos têm hortas medicinais, uma prática que acaba permitindo o casamento dos conhecimentos científicos e populares.

Experiência semelhante se desenvolve no Vale da Ribeira, no Estado de São Paulo, onde os próprios moradores também escolhem as pessoas capazes de receber treinamento como paramédicos, definem os principais problemas de saúde e contribuem com ervas medicinais para o posto de saúde poder desenvolver esse novo tipo de programa.

Qualquer que seja a experiência, qualquer que seja a luta popular, o que fica claro é que na medida em que a população participa, ou exigindo os serviços necessários de saúde, ou fiscalizando a qualidade dos existentes, a qualidade de atendimento da população tende a melhorar.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA:

- KOWARICK, Lúcio — *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.
- KOWARICK, Lúcio — "O Preço do Progresso: Crescimento Econômico, Pauperização e Espoliação Urbana". (in) *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro, Co-Edições CEDEC/Paz e Terra, 1982. p. 30-48.
- MOISÉS, José Álvaro — *A Greve dos 300 mil*. São Paulo. Polis, 1980.
- MOISÉS, José Álvaro — "O Estado, As Contradições Urbanas, e os Movimentos Sociais". (in) *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro, Co-Edições CEDEC/Paz e Terra, 1982. p. 14-29.
- VALLA, Victor Vincent e CARDOSO DE MELO, Joaquim — "Sem educação ou sem dinheiro", (in) MINAYO, Cecília de Souza (org.) — *A Saúde em Estado de Choque*. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo/FASE, 1986. p. 21-35.
- WEFFORT, Francisco — *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1980. 2ª edição.
- BERMAN, Daniel M. — "Asbestos and health in the third world: The Case of Brasil". (in) *International Journal of health services*. Volume 16, number 2, 1986. p. 253-261.

VICTOR VINCENT VALLA

*— Professor da Escola
Nacional de Saúde
Pública da Fundação
Oswaldo Cruz, onde também
é Coordenador do Curso de
Pós-Graduação em Saúde
Pública e membro do
Núcleo de Estudos de
Política Pública em Saúde
do Departamento de
Ciências Sociais da
FIOCRUZ. É igualmente
professor adjunto da
Universidade Federal
Fluminense.*

**MOVIMENTOS
SOCIAIS
SAÚDE
E A QUESTÃO DA
VERBA PÚBLICA**

Pedidos para:

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS

Rua Carlos Gomes, 180 – Bingen, Petrópolis, RJ – CEP: 25.680
Telefone: 42.2462